

## **RELATÓRIO CONDEMA**

### **Reunião 209, de 31 de julho de 2018.**

Registrada insuficiência de quórum para deliberações, o Sr. Presidente prosseguiu com a pauta, iniciando com Assuntos Gerais. Conselheiro Paulo Velzi registrou necessidade de o Conselho rever suas resoluções que estão defasadas. O assunto será incluído nas próximas pautas, que tratarão de legislações (Código Ambiental, Logística Reversa, Plano de Educação Ambiental). O Diretor Castro (DOA) observou importância de rever punições e desvincular a Guarda Ambiental do destacamento da Guarda Civil. O conselheiro Fernando lembrou da roda de conversa sobre o Plano de Educação Ambiental para o início de agosto. Disse que marcaria a data e divulgaria ao Conselho e demais interessados.

Conselheiro Ubirajara indagou sobre medição das obras supostamente irregulares na praia de Boracéia, nos campings. O Sr. Presidente mencionou que será repassado a Secretaria de Planejamento; citou TAC do Balneário Mogiano, com obrigação ao Município em apurar e demolir ocupações em APP nas quadras 08 e 09. O conselheiro solicitou posição sobre denúncia de supressão de vegetação em área pública atrás da escola municipal. A questão foi passada para a SU apurar os fatos. Ao SM coube instaurar o Processo e o fato também está sendo acompanhado pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental - CFA em Santos em decorrência do AIA que foi lavrado pela Polícia Ambiental, inclusive com apreensão de uma máquina retroescavadeira do Município. O conselheiro informou que há desdobramento da questão no Ministério Público e que estará acompanhando.

O conselheiro Fernando registrou abertura do processo administrativo n.º 5781/18, que trata da realização de Projeto Orla da Praia de Boracéia - CONDEMA Ata Nº 207 - 29/05/2018 (Portais de Boracéia).

**Monitoramento das Estações de Tratamento de Água e Esgoto:** o fiscal Antônio Carlos, da equipe da Vigilância Sanitária falou sobre o histórico do controle e fiscalização das Estações de Água em Bertioga, sobre os métodos, pontos de captação, encaminhamento ao Instituto Adolfo Lutz, laboratório do Estado conveniado com a Prefeitura para análise das amostras. São realizadas várias ações de melhoria para que todas as ETAs estejam adequadas à legislação. Explicou sobre o SISAGUA, programa que é abastecido com o resultado dessas análises, dentre outras informações, e que mantém um Banco de Dados atualizado com dados importantes sobre análise e avaliação da qualidade da água para basear o planejamento das ações da Vigilância. O monitoramento das ETAs é constante e quando há inconsistência são tomadas providências cabíveis para corrigi-la. Falou sobre as ETAs particulares Riviera, SESC e Morada da Praia (em fase de conclusão) e sobre as da SABESP. Explicou as ações de campo, os problemas do município em razão dos seus mananciais. Falou-se da importância em trabalhar melhor a divulgação dessas ações e seus resultados, bem como da SABESP informar melhor o munícipe, especialmente sobre datas de manutenção na rede. As ETAs são responsabilidade

da Secretaria de Saúde (Vigilância Sanitária) mas, uma vez ao ano a SM faz o acompanhamento em campo. O conselheiro Ubirajara questionou ausência de representante da SABESP e o conselheiro Fernando informou que a SABESP foi convidada, porém não pôde comparecer em razão de outros compromissos. A apresentação ficará para outra oportunidade. O conselheiro Fernando continuou apresentação sobre o auto monitoramento das ETES – Estações de Tratamento de Esgoto, feito pela SM. O município conta com 4 ETES: Bertioga, SESC (particular – sistema autônomo), Vista Linda e Riviera. Explicou que recebe as análises e verifica se estão adequadas à Legislação. São realizadas duas visitas de campo por ano. Mostrou fotos e explanou sobre as vistorias realizadas em 2018. Explicou sobre o DBO – Demanda Bioquímica de Oxigênio (quanto mais alto este índice, pior a qualidade da água). Para lançamento no corpo hídrico o DBO precisa estar abaixo de 60mg ou o tratamento precisa reduzir seu índice em 80%, pois isto também demonstra eficiência do tratamento. Quanto maior a redução, melhor a eficiência do tratamento. O conselheiro Ubirajara disse que gostaria de acompanhar uma vistoria para conhecer melhor toda a ação. O conselheiro Paulo Velzi convidou os demais conselheiros a visitarem a ETE da Riviera. O conselheiro Fernando prosseguiu apresentando modelos dos boletins de análise enviados pela SABESP e pela Riviera e explanando sobre as informações neles contidas. Esses relatórios são encaminhados para a SM até o décimo dia do mês subsequente à análise.

O Sr. Presidente informou acontecerá no dia 02/08, no Viveiro de Plantas, a Câmara Temática sobre Educação Ambiental; informou, ainda, que no dia 09/08, 17h, no Espaço Cidadão de Boraceia e dia 10/08, no SESC acontecem as reuniões que apresentarão as devolutivas do Plano de Manejo, realizadas pela Fundação Florestal.

Falou que o FUMPA arrecadou pouco e não tem recursos e que a pauta do FUNESPA seria sobre credenciamento de clínicas veterinárias para determinadas intervenções. O Diretor Castro sugeriu estabelecer protocolos de ação, em parceria com a SS, para determinar responsabilidades. O Sr. Presidente explicou que o Bem-Estar Animal conta com o Conselho e o FUMPA, mas não tem estrutura mínima para funcionar, que deverá ser criada na reforma administrativa. Ressaltou que dois estagiários foram disponibilizados para ajudar a atender as demandas do Bem-Estar Animal, mas que são muitas as dificuldades.

### **NÃO HOUVE DELIBERAÇÕES.**

### **Reunião 210, de 28 de agosto de 2018.**

Iniciando os Assuntos Gerais a conselheira Teresa questionou sobre monitoramento do rio Sertãozinho e foi informada que a SABESP está executando estudos de base e levantamento de fauna e flora para monitoramento do rio. Após a juntada dos documentos no processo de licenciamento o município deve ser comunicado para que tenha acesso às informações, antes da emissão da Licença de Instalação. Para formalizar e ratificar este pedido, encaminhará ofício pelo CONDEMA.

O conselheiro Ubirajara solicitou informações sobre o andamento na PMB da apuração de desvio de aterro. O Sr. Presidente explicou que o Processo está sob tutela da SU e, em paralelo, há processo para acompanhamento do Auto lavrado pela Polícia Ambiental que está na SM. Ressaltou que todas as providências cabíveis estão sendo tomadas. Em relação aos campings, o Sr. Presidente explicou que a SP está acompanhando o processo, posto que a questão se refere a obras.

A conselheira Maria José indagou sobre corte de árvore frutífera com mais de 30 anos na Rua Mário Schemberg por funcionários da PMB, que alegaram danos físicos e estruturais, com risco de queda. O Sr. Presidente falou que a SU realiza trabalho de manutenção na área e, em alguns casos, há necessidade de remoção ou substituição de árvores. A conselheira questionou também sobre estudos para alterar a vazão da água sentido praia na rua do oleoduto e o efeito disso no entorno da área. O Sr. Presidente explicou que existe plano de Macro e Micro Drenagem no Balneário Mogiano que deve ser seguido pela SU. Intervenções naquela área necessitam de autorização da Petrobrás e precisam passar por licenciamentos que envolvem a CETESB e outros órgãos. Sugeriu marcar reunião para os conselheiros Maria José e Ubirajara conversarem com o Secretário Rachid.

Conselheiro Emerson informou que acontecerá no SESC de 10 a 15 de setembro, curso gratuito com duração de 44 horas sobre “Concepção de Infraestrutura de Uso Público para Áreas Protegidas”, ministrado por profissionais especializados. Inscrição finda hoje (28/09) e pode ser feita pelo site [www.sescsp.org.br/reservanatural](http://www.sescsp.org.br/reservanatural).

Diretor Castro informou sobre operação conjunta com as polícias civil e militar e Promoção Social para remover 5 moradias de ocupação irregular na Rua Futura, em Boraceia. Os trabalhos continuarão e outras 3 famílias restantes devem desocupar a área em 15 dias.

Conselheira Rita questionou sobre orientação aos ciclistas para que usem a ciclovia visando diminuir o risco de acidentes. O Sr. Presidente repassará à Diretoria de Trânsito, a fim de promover ações de mobilidade urbana. O conselheiro Fernando opinou que o Núcleo de Educação Ambiental, em projeto de melhoria da qualidade do ar, também pode fomentar o uso de bicicletas. A conselheira Rita também solicitou orientação sobre tributação de Áreas de Preservação Permanente – APPs pois analisa na JRF muitos processos solicitando dispensa do tributo em razão de impedimento de uso destas áreas. O Sr. Presidente respondeu que por tratar-se de matéria de ordem tributária necessitando de discussão mais abrangente, encaminhará moção ao Sr. Prefeito expondo a situação das áreas impedidas de uso, total ou parcial, em razão de serem de preservação ou restritas de alguma forma.

O Conselheiro Filipe informou que o Plano de Manejo incorporou grande parte das sugestões sobre uso de trilhas e atividades eco turísticas e que foi apresentada proposta ao Secretário de Estado para uso das trilhas do PERB.

Comentaram da participação expressiva de Bertioga nos eventos e Oficinas do Plano de Manejo do PERB, hoje referência no Estado. Falou-se em manter a atenção para garantir a implementação do Plano, marcando presença ativamente das reuniões.

O conselheiro Fernando agradeceu a presença do Sr. Heron, Gerente da SABESP – unidade Bertioga e a parceria sempre demonstrada pelos senhores Rogerio Osti e Alexandre. O Sr. Heron agradeceu e afirmou que está à disposição para colaborar e participar de forma proativa no que puder desempenhar.

O conselheiro Fernando registrou que esteve e falou em reunião ordinária do CONSEMA em 15 de agosto p.p., a presidente da ONG Ecophalt e titular do referido Conselho, a Sra. Syllis Flávia Paes Bezerra, que gentilmente cedeu seu tempo para discorrermos sobre as dificuldades do cumprimento do acordos setoriais de logística reversa e da necessidade dos municípios terem assegurados o direito de participar destes acordos.

O conselheiro Fernando convidou todos a participarem de conversa com a equipe do IPT estará no Transbordo divulgando os resultados obtidos na área amostral.

### **DELIBERAÇÕES:**

**Plano de Gestão Ambiental – PMVA:** o conselheiro Fernando lembrou as exigências para certificação no primeiro ciclo e explicou as melhorias solicitadas e que algumas são possíveis de atender e outras não, exemplificando. Apresentou resumidamente todo o plano de gestão ambiental do PMVA, repassando os itens das 10 diretivas, dando destaque os itens mais importantes de cada diretiva. Continuou explicando que é pauta do Programa Município Verde Azul que o Conselho apresente manifestação sobre o Plano de Gestão Ambiental, registrada e destacada em ata, dentro do ciclo ambiental até um mês antes da data de entrega dos documentos comprobatórios. Apresentou, então:

- I. **Plano de Gestão Ambiental:** um cronograma de planejamento de ações para cada diretiva, que pede um relatório para cada ação. Explicou o planejamento de cada ação programada, como por exemplo “fonte geradora e quantidade de energia elétrica consumida pelo município, no meio urbano e para incentivo ao uso de outras fontes de energia renováveis, de baixo impacto ambiental e de tecnologias associadas” apresentamos o biodigestor; trocar lâmpadas convencionais por LED tanto em repartições quanto em vias públicas. Falou que ano passado, graças a um prêmio de Gestão Ambiental conquistado pelo município, conseguimos uma verba de R\$ 150.000,00 para compra do caminhão de coleta seletiva. Prosseguiu explanando sobre o planejamento das ações cujos relatórios serão entregues no próximo dia 1º de outubro, informando que as informações agora são inseridas diretamente no sistema, o que facilitou bastante a entrega dos relatórios. O **PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL** foi colocado em votação e **APROVADO** por unanimidade pela plenária e;
- II. **Cronograma de Previsão de Substituição e Manutenção da Frota Municipal/Terceirizada - PMVA:** exigência do Programa Município Verde Azul, no quesito Qualidade do Ar, manifestação do CONDEMA sobre previsão de substituição e manutenção da frota municipal e terceirizada, se houver. A Diretoria de Administração não possuía essas informações, então criamos o cronograma e repassamos ao Diretor de Administração, Marcelo, que aprovou e assinou.

Apresentou, então o cronograma, explicando os dados coletados contendo quantidade de veículos, ano da aquisição, previsão da data de substituição, dentre outras informações. O **cronograma** foi submetido à apreciação da plenária e **APROVADO** por unanimidade.

**Programa Municipal de Educação Ambiental** o conselheiro Fernando informou que o PL que institui o Programa Municipal de Educação Ambiental foi compilado com as conclusões determinadas na roda de conversa que ocorreu dia 8 de agosto na SM. Uma comissão vem trabalhando neste tema há algum tempo e é preciso institucionalizar o Programa no município. Falaram sobre a importância de retomar parceria com a Secretaria de Turismo para trabalhar a Educação Ambiental junto ao Turismo Educacional, restituindo o entrosamento entre as áreas para desenvolver um trabalho mais amplo e foi sugerido que um representante da Diretoria de Turismo participe da Comissão para colaborar com o do programa. O Sr. Presidente lembrou que é importante neste momento avançar com essa legislação que vem sendo discutida há 4 meses e colocou em votação o **Projeto de Lei que institui o Programa Municipal de Educação Ambiental**. Os conselheiros **APROVARAM** o projeto de lei por unanimidade. O Sr. Presidente informou que encaminhará o PL para a Técnica Legislativa para prosseguimento.

**FUNESPA**: apresentadas decisões da 24ª Reunião do Conselho Diretor do FUNESPA, que concluiu com a autorização das seguintes despesas: R\$ 30.000,00 mil reais (trinta mil reais) para realização de credenciamento de clínicas veterinárias para procedimentos de ortopedia e tumores, visando os animais sob responsabilidade do Bem-Estar Animal; R\$ 3.000,00 (três mil reais) para manutenção corretiva e preventiva de motos e aquisição de capacete; R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para aquisição de decibelímetro; e R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de monitoramento do prédio da DOA. O total apresentado monta valor de R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais) e foi deliberado e **APROVADO** por unanimidade pela Plenária.

**Conselho da APA Marinha Litoral Centro**: os conselheiros conversaram e indicaram os conselheiros Paulo Velzi e Ubirajara para compor o Conselho.

### **Reunião 211, de 25 de setembro de 2018**

O Sr. Presidente informou sobre decisão do MP que culminou com a exoneração de 109 funcionários comissionados, reduzindo ainda mais a equipe da Secretaria de Meio Ambiente. Garantiu que todos vem se esforçando para dar continuidade aos trabalhos e minimizar os prejuízos desse acontecimento.

Nos assuntos gerais questionou-se a situação da área do “Camping Maria Baiana”. O Sr. Presidente explicou que existe ação de usucapião desde 1994 para essa área na orla da praia de Boraceia que teve recentemente sentença transitada em julgada em favor da Sra. Maria Laurentina, com registro no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Santos – Matrícula 90.794, sobrepondo a matrícula em favor do Município, área pública denominado Espaço Livre nº 1, do loteamento Balneário Mogiano. A situação

está sendo avaliada pela PGM. Informou, também, que há ação de usucapião movida pela Sra. Rosângela referente a uma área contígua a área do Camping.

Diretor de Habitação, André Santana, falou sobre o Projeto Terreno Vivo, realizado em parceria pela PMB e SESC, que visa utilizar espaços ociosos na comunidade para, em conjunto com ela, produzir algo importante, como uma horta comunitária por exemplo, que traga impacto positivo na comunidade e na vida das pessoas.

O Sr. Presidente informou que a data para entrega de relatórios do Município Verde Azul é 1º de outubro e que em razão da previsão das exonerações foi feito um grande esforço para deixar tudo pronto em tempo; que os conselheiros Paulo Velzi e Ubirajara, bem como o Diretor Castro, tem participado das reuniões do Plano de Manejo APA Marinha Centro representando o CONDEMA; que o próximo encontro das Secretarias de Meio Ambiente do Litoral Paulista acontecerá em Bertioga no próximo mês, trabalhando o tema “mudanças climáticas”, provocando discussão sobre as políticas públicas do Estado para o litoral paulista. Data e local ainda serão confirmados e informados aos conselheiros; que esteve em reunião com a Dra. Almachia, do GAEMA, referente a um inquérito de 2008 sobre os quinhões 1 a 11 no Sítio São João, área em que desde 2009 em razão de recomendação com efeito de embargo do MP nada tem sido aprovado/autorizado. Ao final de julho a Dra. Almachia possibilitou que o município apresente proposta de regularização fundiária para algumas áreas no Sítio São João. A Prefeitura tem prazo de 60 dias para apresentar diretriz para a Regularização Fundiária e iniciou os procedimentos internos para discutir a proposta, avaliando maior benefício ambiental e prevendo também soluções de água e esgoto para aquela região.

O Diretor Castro sugeriu verificar possibilidade de repasse de ICMS ecológico para o FUNESPA. O Sr. Presidente falou sobre a necessidade de trazer ao Conselho a reforma do Código Ambiental, se possível ainda este ano.

Agradeceu ao SESC, na pessoa do conselheiro Emerson, pelo curso “Concepção de Infraestrutura de Uso Público para Áreas Protegidas”, do qual participaram os Diretores Castro e Borges; a Coordenadora de Educação Ambiental, Mylene; e o Eng.º Agrônomo João Carlos. O conselheiro Emerson agradeceu a participação e fez um balanço positivo do curso.

### **DELIBERAÇÃO:**

**Legislação sobre Congelamento de Núcleos de Ocupações Irregulares:** o Sr. Presidente lembrou que a minuta de Projeto de Lei que foi aprovada pelo CONDEMA ano passado, ao ser aprovada pela CMB sofreu alterações e passou a ter vigência de um ano, findando seu prazo em breve (Lei Municipal 1227, de 27 de novembro de 2017). Se a Lei for revogada, todo o trabalho realizado pela Diretoria de Habitação será prejudicado, interrompido. A minuta que trazemos para avaliação da plenária hoje tentar melhorar a norma para simplificar sua aplicabilidade. Diretor de Habitação, Sr. André Santana explanou sobre a experiência da aplicação da Lei 1227 durante este ano de sua vigência. Muito se avançou, mas pontos de dificuldade foram observados. É preciso simplificar a legislação e entender que Congelamento é uma situação,

Regularização é outra. O Congelamento impede que o núcleo de ocupação irregular se expanda e permite o seu estudo, não garantindo de forma nenhuma sua regularização. Os conselheiros leram a minuta e fizeram observações. Alterações feitas, o Sr. Presidente colocou em votação a redação final da minuta que “Dispõe sobre a continuidade do plano de congelamento em áreas irregulares no Município de Bertioga e dá outras providências”. Os conselheiros **APROVARAM** por unanimidade.